



## QUAL A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE? IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS NO PNLD DE GEOGRAFIA

Adriana Cruz Veiga<sup>45</sup>  
(UESB)

Glauber Barros Alves Costa<sup>46</sup>  
(UFSCAR)

### RESUMO

A inserção do Neoliberalismo na educação remete a uma discussão a luz da influência da globalização nesta nova fase da história da educação, considerando que este novo contexto tem como foco também uma homogeneização dos espaços, incluindo países com enormes diferenças culturais entre si. Nesse sentido, cabe dizer que esta nova política ideológica se utiliza das estruturas fixadas pela globalização em todos os segmentos da sociedade, no âmbito cultura, educacional e econômico. Este trabalho buscou compreender o significado da globalização na atualidade, tendo como aliado político-econômico e ideológico um novo liberalismo econômico, denominado neoliberalismo onde o Estado se retira de suas responsabilidades frente às causas sociais. Estas medidas são provenientes de uma política regida por Estados de economias consolidadas tendo ainda alto índice de alfabetização. Dentro deste contexto, é necessário entender a educação como possibilidade de massificação de modo rápido e eficiente. A pesquisa iniciou com um levantamento bibliográfico a cerca da Globalização, Neoliberalismo, Educação, Políticas Educacionais. Posteriormente, partiu-se para a análise documental, utilizado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais, já que são estes os norteadores para a construção do Programa Nacional do Livro didático de Geografia (PNLD), sendo este o objeto da pesquisa. Por fim, foi feita a análise deste documento, que regula a produção e comercialização do livro didático, no intuito de entender a influencia das políticas neoliberais na educação e se se utiliza da educação como caminho para formação para o mercado de trabalho na condição de meros executores.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, Neoliberalismo, PNLD

---

\* Ex-bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Aluna do Curso de Especialização em Práticas Docentes Interdisciplinares da UNEB. [acruzveiga@gmail.com](mailto:acruzveiga@gmail.com) Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia (GPGEO).

\*\*Doutorando em Educação pela Universidade de São Carlos – UFSCAR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia (GPGEO). [Glauberbarros@hotmail.com](mailto:Glauberbarros@hotmail.com)



## INTRODUÇÃO

De que se trata a tão falada Globalização? Embora seja um dos temas mais debatidos na atualidade, ainda se caracteriza como indefinido. Não se sabe também quais são os extremos para chegar a este “status” que começou a ser buscado desde que, movidos pelo desejo de ascensão, dominação e acumulação de riquezas, pelas nações do chamado velho mundo (continente europeu) passou a impor em estratégicos pontos do globo sua hierarquia política, objetivos econômicos e também culturais.

Como estratégia de “preservação” dos ideais da Globalização, bem como, meios de manutenção da economia, surgiu na década de 1970 uma releitura do Liberalismo econômico, denominado Neoliberalismo. Também de cunho político-ideológico, prega que o Estado tem de se retirar das suas atribuições quanto às políticas sociais e que inserindo os indivíduos nos ideais para o desenvolvimento, estes teriam condições de “comprar” os serviços essenciais para seu bem-estar, como saúde e educação.

É justamente sobre a retirada do Estado dos serviços sociais que este trabalho tem como foco, onde analisa este acumamento perante a Educação. Os neoliberais para a educação são expostos pelo Banco Mundial que entende que a educação é a chave para que um país se desenvolva. Esta organização concede financiamento para projetos pedagógicos, fornecimento de material didático e formação de professores pautados no desenvolvimento econômico, ou seja, a educação para o mercado de trabalho, onde o aluno aprenderá na escola os mecanismos para ser um “bom empregado”.

Sendo o PNL D (Programa Nacional do Livro Didático) – aqui analisado o de Geografia - um documento para orientar a formulação do livro didático e escolha por parte dos professores, pode-se dizer que este está a serviço destes ideais impostos pelo Banco Mundial, que logo prega as peculiaridades inerentes ao Neoliberalismo. Neste sentido, baseando em renomada bibliografia acerca do tema, a proposta se faz na tentativa de entender como a Globalização e, por conseguinte o Neoliberalismo se inseriu na educação para alcançar com maior eficácia as massas. No Brasil, foi analisado como a política Neoliberal se inseriu na educação tomando como análises as políticas educacionais formulados pelo Estado.



## **A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E ESTADO**

Desde que foi pensada como ferramenta de controle social e como possibilidade de alterar o quadro econômico de um determinado espaço, a educação ganhou caráter funcionalista de adequar a população às necessidades do Estado, visto que este se constitui o principal meio de atingir uma grande quantidade de pessoas de acordo às necessidades de quem está por trás de seu agente regulador: o Estado. Nesse caso, o Estado a priori é o principal interessado em oferecer educação a população, onde em diferentes períodos históricos alterou as políticas educacionais de acordo ao sistema vigente relacionando-se com as necessidades da política econômica.

É correto afirmar que ao analisar a educação na contemporaneidade devem-se considerar os pressupostos em que esta se inseriu durante toda a sua história, afinal ela acompanha as diversas mudanças no perfil social e econômico da sociedade, tem-se assim um caráter dinâmico e, por que não dizer até vulnerável as pressões e demandas ao meio em que está inserida.

No Brasil, a educação entra em cena nos primeiros anos da colonização portuguesa com os princípios jesuítas, onde intentava educar para domesticar a serviço dos colonos e catequizavam para disseminar o catolicismo que estava em crise no velho continente, posteriormente servia como modo meio de ocupação do tempo ocioso dos filhos dos grandes latifundiários que aqui se instalavam. O caráter funcionalista se restringia à domesticação dos índios, já que para a elite não buscava a formação para o trabalho já que neste período se destacava a agricultura e os colégios ensinavam conteúdos religiosos, domínio estético da linha da portuguesa.

Quando já não estavam correspondendo às necessidades da colonização, sendo que o perfil de exploração já era outro, a coroa portuguesa quis implantar aqui reformas em vários setores semelhantes as que estavam sendo implantados em Portugal. O Marquês de Pombal realizou inúmeras reformas (1760-1808) que no âmbito da educação correspondeu a expulsão dos jesuítas e seu sistema de ensino introduzindo um



método que se baseava em um conhecimento fragmentados e as aulas funcionariam em espaços que não se interligavam.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado. Para os portugueses o atraso econômico da metrópole e da colônia estava vinculado ao sistema de ensino dos religiosos, assim as ideias pombalinas deveriam focar o mundo do trabalho, sendo que

[...] do ponto de vista educacional, a orientação adotada na administração de Pombal foi de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los mais práticos possíveis. (RIBEIRO *apud* FRANÇA, 2008. p. 77)

Posteriormente, já em 1808, com a chegada da família real no Brasil, D. João VI elitizou o sistema de educação na capital com implantação de cursos superiores estruturando o país para sua estadia. Vale dizer que não era viável priorizar a educação para as massas naquele dado momento para que não arriscar a soberania monárquica. A partir de 1834, mediante uma ação descentralizadora, transferiu-se para as províncias o dever de oferecer a população o acesso a educação, sendo que neste período as províncias não possuíam recursos nem infraestrutura para criar e manter tais escolas.

À medida que alterava a estrutura econômica do país, começava a se pensar a educação como aliada a este processo, e é assim que surgem as políticas educacionais acompanhadas do interesse em inserir a população em um mercado de trabalho de novo perfil, pautado no desenvolvimento industrial. Quando o país se torna república no final do século XIX, a educação se torna prioridade para o Estado “que também sofria pressão da própria sociedade, desejosa de mudanças estruturais no sistema de ensino, uma vez que a realidade nacional assim exigia.” (FRANÇA, 2008. p. 80).

Durante todo o século XX, o contexto educacional foi marcado por inúmeras, discussões, reformas, influência estrangeira e, até investimentos. Não foram poucas as



ideologias que infiltraram no sistema educacional já que por meio da escola o Estado conseguiria disseminar sua política de governo de maneira homogênea. E é nesta perspectiva, que diante de uma crise do capital e da chamada globalização no final deste século, que a educação estará a serviço de um Estado “desmaiado” (SANTOS, 2001) perante as questões sociais em detrimento das questões econômicas. Surgem em cena os ideais de um novo liberalismo econômico, chamado de Neoliberalismo, para que a economia possa se ascender novamente.

## **O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO**

A inserção do Neoliberalismo na educação remete a uma discussão a luz da influência da globalização nesta nova fase da história da educação, considerando que este novo contexto tem como foco também uma homogeneização dos espaços, incluindo países com enormes diferenças culturais entre si. Nesse sentido, cabe dizer que esta nova política ideológica se utiliza das estruturas fixadas pela globalização em todos os segmentos da sociedade, no âmbito cultural, educacional e econômico.

Segundo Ianni (2001), em uma análise das teorias do capitalismo de Marx Weber, a racionalidade capitalista promove o nascimento e o desenvolvimento da empresa e o mercado, o planejamento, a administração, a contabilidade, as técnicas de produção e controle, a divisão do trabalho social (taylorismo, o fordismo, o toyotismo, etc.), bem como a flexibilidade e a produtividade para aumentar a lucratividade e, por fim a acumulação. Sendo assim, a globalização é o meio de integração e adequação das sociedades nestes moldes.

A globalização se inicia quando os países do chamado “Velho Mundo” intensifica a busca por novos territórios e expande seus conhecimentos com relação a navegação marítima. Assim, conquistam espaços antes habitados por povos extrativistas e estabelecem aí uma nova estrutura econômica garantindo mercado consumidor para seus produtos industrializados, bem como, aproveitadas os recursos naturais para exploração e acúmulo de capital em prol do desenvolvimento de seus países de origem.



A economia destes países colonizados pelos europeus se construía longe da sociedade igualitária que antes ali existia, havendo agora uma produção a serviço da exportação. Quadro este, que mesmo depois de séculos, ainda não foi alterado, tendo em vista que grande parte dos países que foram colonizados mantém sua economia no setor primário visando a exportação.

Dáí em diante, quanto mais se ocupava e integrava os espaços anteriormente isolados, mais as desigualdades sociais iam se acentuando. É dentro desta perspectiva que se entende que embora pregue que a globalização vem para homogeneizar, agregar, unir as mais diferentes nações do globo, na verdade esta se apresenta como disseminadora dos mais diversos males provenientes de um desenvolvimento econômico onde poucos podem usufruir.

Ianni (2012) afirma que globalizar é racionalizar, sendo o homem submetido a se adequar aos moldes propagados em uma escala local, nacional e mundial, levado a consumir, desnecessariamente o que está sendo incessantemente produzido em função da acumulação de capital. Assim, racionalizar o autor é “formar” as pessoas em todo o mundo em um aspecto em que só estará interligado se partilharem do mesmo conhecimento, sendo que este conhecimento só será legítimo se for validado por uma comunidade científica “globalizada”.

Esta unidade mundial permeia vários âmbitos que envolvem a sociedade, fugindo assim da ideia de que a globalização é somente inerente ao âmbito econômica, fazendo parte também a cultura e a política. Há um processo de homogeneização das ações humanas em prol de estarem todas conectadas, em conformidade com a ideia de se criar progressivamente um mercado consumidor para os produtos das grandes indústrias, e assim girar a economia.

Com o advento de inúmeros acontecimentos históricos, acelerou o processo de integração das nações, sendo que um episódio que ocorresse de grande relevância, em determinado país passou a alterar a dinâmica econômica e social dos outros países devido ao contexto da globalização. Logo, é no advento de uma das principais crises econômica do capitalismo que se passa a pensar em uma nova estratégia de manutenção desta economia globalizada, surgindo aí o Neoliberalismo.



O Neoliberalismo, como o próprio nome sugere, é uma releitura dos ideais do Liberalismo econômico que surgiu no final do século XVIII, tendo Adam Smith como principal defensor. Esta teoria dizia que o mercado poderia ser o regulador da economia sem interferência do Estado, e que a acumulação de capital viria com a ação isolada da iniciativa privada para que a sociedade em geral pudesse se desenvolver.

O novo liberalismo, respaldado nos grandes organismos internacionais, propôs que para a economia mundial se re-estabelecer o Estado deveria abdicar de suas obrigações com o bem estar social, já que com a economia estruturada a população teria condições de pagar por esses serviços. Pode-se dizer que este é um dos principais mitos reproduzido por esta corrente ideológica.

Nesta perspectiva Santos (2001, p.66) diz que as

[...] privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante.

Neste sentido, vários governos passam a adotá-lo, a partir da década de 1990, iniciando a privatização de suas empresas respaldados na ideia que o Estado sozinho não estava conseguindo administrá-las, nem conter irregularidades em sua gestão, reforçando a ideia de o que é público é ruime o que é privado é de qualidade.

Diante da necessidade de implantar estas ideias, os organismos viram na educação o meio para alcançar a população de maneira mais rápida e eficaz. Assim, este segmento estará a serviço dos ideais neoliberais, ou seja, a educação a serviço da economia. Mais uma vez a educação se adéqua às necessidades do estado, embora que este se distancie de suas obrigações quanto aos investimentos necessários.

Surgem assim inúmeras reformas no âmbito educacional em prol da funcionalidade da escola para a economia. O que comprova esta afirmativa são os



inúmeros investimentos de organismos vinculados ao setor financeiro que exigem dos países adequação suas normas. Desta forma, Banco Mundial e OMC (Organização Mundial do Comercio) estabelecem objetivos comuns em relação a escola “[...] afirmando que a educação tem de ser produtiva e que é preciso gerenciar melhor a escola, os conteúdos e a formação de professores, sugerindo em relação ao último item uma formação mais curta e fora das universidades.” (MAUÉS, 2003. p. 95)

Sendo um direito social que deve ser garantido pelo Estado, a educação passa a ser vista como gasto aos cofres públicos, e não como investimento na formação para cidadania. Assim, se iniciam as reformas educacionais buscando a regulação social, dito por Maués (2003) “tendo em vista que a educação como política pública estaria, segundo a concepção neoliberal, “desviando” recursos, desequilibrando o orçamento, provocando déficits públicos, que geram inflação e desemprego, criando a crise.” (P. 96)

Para Maués (2003), as reformas no sistema educacional servem como artifício para controle social, considerando que estas medidas são firmadas “de baixo para cima”, conduzindo assim o âmbito econômico, político e social. Tais reformas são implantadas em todo ambiente escolar que envolve a estrutura física da escola, gerenciamento dos cargos e papel dos funcionários, projetos pedagógicos, conteúdos, sistema de avaliação e material para orientação pedagógica. Em síntese, pode-se dizer que todos os segmentos que envolvem o processo de ensino-aprendizado está inserido dentro destas reformas.

O Banco Mundial se assume quanto o principal regulador das políticas educacionais, se infiltrando em todas as etapas do processo de ensino aprendizagem. Aqui, a escola estabelece vínculos com um projeto de desenvolvimento econômico, formando ai dentro mão de obra eficiente para atuar mercado de trabalho, aumentar a produtividade e, por conseguinte gerar mais lucros.

É um organismo internacional que como o próprio nome sugere age como uma agência de financiamento e oferta de crédito aos países que necessitam de ajuda externa para restabelecerem sua economia ou intentem investir em algo novo visando um maior desenvolvimento. Eduardo Galeano (1983), em sua renomada obra *As Veias Abertas da América Latina*, afirma que “O FMI e o Banco Mundial nasceram juntos para negar, aos países subdesenvolvidos, o direito de proteger suas indústrias nacionais, e para



desalentar neles a ação do Estado. Atribuir-se-ão propriedades curativas infalíveis à iniciativa privada.” (p.221).

Diz se assim que a ajuda financeira destes organismos, em vez de contribuir positivamente, “subordina povos e governos ao jogo anônimo e às manipulações deliberadas das forças desse mercado, [...] as políticas ditadas pelo FMI e o Banco Mundial acentuam as disparidades sociais entre as nações e no seu interior.” (IANNI, 1995, p.132-3). Pode-se dizer que o Banco Mundial é um dos responsáveis pela garantia de implantação dos ideais Neoliberais nas políticas educacionais para que assim a população se adapte as transformações que ocorrerão no que se refere ao setor econômico.

O discurso do Banco pauta na ideia de que sua estratégia para o Brasil versa em pelo apoio e investimentos que “encorajem o crescimento econômico e o desenvolvimento social num contexto de estabilidade macroeconômica” (Banco Mundial *apud* De Tommasi, p. 197). No entanto, não dá para contar com uma vertente humanista dentro da política do Banco, já que suas ações atendem aos interesses de um mercado omisso as causas sociais e as reais necessidades da população dos países subdesenvolvidos que recorrem a esta ajuda externa. Tais empréstimos atingem valores exorbitantes quanto ao pagamento diante de altas taxas de juros e contrapartidas que tornam os endividados cada vez mais dependentes.

As reformas educacionais que iniciaram no Brasil no contexto da ditadura se estendendo ao início do período democrático, e que se intensificou no final da década de 1990 tiveram como principal agente regulador o Banco Mundial que, como já foi dito, estava a serviço dos interesses de países com economia já bem estruturadas e que busca(vam) inserir os demais países em sua dinâmica e política ideológica. Cabia a estas reformas garantir um aluno apto para atuar no mercado de trabalho, pautando no aumento da produtividade.

As palavras de ordem são capacidade, flexibilidade, produtividade, mercado de trabalho, desenvolvimento. Assim, a escola se adéqua as regras do mercado, priorizando a rentabilidade onde a avaliação da aprendizagem terá cunho quantitativo em



detrimento do qualitativo, a formação para o mercado deixando em segundo plano a formação para a cidadania.

Segundo Tommasi (1996), o diagnóstico do Banco Mundial revela que falta material didático, prática pedagógica inadequada e formação adequada dos professores repercutindo assim na tal educação de qualidade equivalente aos parâmetros do banco. O banco considera os altos índices de repetência e a evasão escolar, os maiores problemas da educação brasileira sendo estes os parâmetros utilizados para direcionar os investimentos e aplicá-los com o fornecimento de material didático e demais métodos de aplicação de sua política.

Considerando o livro didático uma ferramenta de contato rápido com o aluno, bem como, por vezes, a única fonte de conhecimento que este aluno tem acesso, o banco formulou medidas para fornecimento deste material sendo mais perceptível no direcionamento ao governo brasileiro para criação de um guia que orientasse na produção do livro didático e ainda na orientação para escolha destes livros por parte dos professores. E assim nasce o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

## **PNLD DE GEOGRAFIA EA MATERIALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Como já foi dito, o Neoliberalismo se estabelece para além da economia, e se utiliza das estratégias no âmbito social para propagando a necessidade de desenvolvimento do país. Assim, no auge de sua inserção no país, durante toda a década de 1990, o sistema educacional é bombardeado com reformas estruturais e pedagógicas que se inicia com aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9394/96) e daí em diante norteia todo o processo pedagógico nas escolas quanto a gestão, formação dos professores e material pedagógico.

Depois de aprovada a LDB, inúmeras ações foram elaboradas para estruturar o ensino de acordo com as políticas neoliberais, pode-se destacar a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que se constitui um documento elaborado para organizar a matriz curricular nacional. A elaboração destes parâmetros carrega



consigo inúmeras críticas, dentre elas a de que foram elaborados arbitrariamente, sem uma consulta as bases e que, embora diagnostique problemas no ensino não apresenta possíveis soluções para tal.

Ainda na década de 90, com a necessária “qualidade” da educação, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é reformulado no governo de Fernando Henrique Cardoso e passa a analisar os livros antes que fossem apresentados aos professores. O objetivo é que analisassem, por meio de comissões por área de conhecimento, os aspectos editoriais, conceituais e metodológicos, bem como a durabilidade do material. Vale dizer que surge a necessidade também de preparar os professores para que pudessem fazer a escolha do livro adequado.

Segundo Kanashiro (2008), o PNLD com esta denominação foi criado com o Decreto nº 91.542, de 18/08/85, substituindo ao Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). É um programa de compra e distribuição de livro didático que orienta os professores para escolha do livro ideal para os seus alunos.

Para o governo federal, o PNLD atual tem a intenção de:

- a) contribuir para socializar a universalização do ensino, para a melhoria da sua qualidade por meio da seleção, aquisição e distribuição dos livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas no ensino fundamental de todo o País, cadastrados no Censo Escolar;
- b) diminuir as desigualdades educacionais existentes, buscando estabelecer padrão mínimo de qualidade 83 para os livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do País;
- c) possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados no Programa;
- d) promover a crescente melhora física e pedagógica dos livros, garantindo a sua utilização/reutilização por três anos consecutivos.”(FNDEapud ROCHA, 2001. p. 82-83) .

Nota-se aí uma “preocupação” por parte do governo em garantir uma oferta de material didático de qualidade as escolas públicas, entretanto faz-se necessário abordar que esta atenção está coerente com os parâmetros do Banco Mundial e está dentro das reformas educacionais proposta por esta instituição.



[...] para o Banco Mundial o livro didático constitui-se no verdadeiro currículo efetivo. É ele que estabelece a dinâmica curricular que se dá no interior da sala de aula. O objetivo é garantir, via o controle do livro didático, a transformação de um dado currículo prescrito em currículo em ação, e em consequência exercer o controle do próprio conhecimento, garantindo que o conhecimento oficial seja veiculado no interior do espaço escolar. (ROCHA, 2001. p. 84)

Quanto ao PNLD de Geografia (2012) analisado nesta pesquisa, foi notado que se constitui como ferramenta de orientação aos autores dos livros didáticos assim como os avaliadores e aos professores do ensino fundamental para que possam escolher o livro didático que esteja coerente com a proposta da construção do conhecimento do aluno. Destaca-se que o guia trata o livro didático como ferramenta necessária ao processo de ensino-aprendizagem, reforçando aí que a escolha do professor é uma atitude que causará impactos na aprendizagem dos alunos.

A influência dos PCN's pode ser notada no seguinte momento:

Ao analisar o Manual do Professor, os docentes verificarão que poucas são as obras que optam pela filiação a uma corrente do pensamento geográfico específica. A maioria, porém, afirma adotar uma concepção crítica, a partir da qual são desenvolvidos os conceitos básicos da ciência geográfica. Destaque-se que a concepção crítica adotada pela maioria das coleções sofre a influência das prescrições presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que demonstra a forte influência que esse documento oficial passou a ter sobre o ensino da geografia no Brasil. (Guia PNLD, 2012. p. 13)

Os princípios do manual para escolha de um livro “coerente” com esta política educacional, bem como com o rigor e veracidade das informações são apresentados da seguinte forma:

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
- [...]3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- [...]6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (Guia PNLD, 2012. p. 8)

No caso específico de Geografia o guia sugeriu que os livros tivessem, dentre outros princípios, aliança coerente entre mapas e conteúdos sendo que estes tem de estar de acordo com as convenções cartográficas

[...]

- Articula relações espaço temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza; [...]
- Relaciona conceitos e informações, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
- Destaca discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teórico-metodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático; (Guia PNLD, 2012. p. 8)

Por fim, no que tange a discussão acerca do papel do neoliberalismo, estratégia de manutenção do capital e da globalização, pode-se dizer que a educação é sim um mecanismo rápido de acesso á população e reproduzir assim as ideias que o Estado quer propagar, neste caso, a de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e adequadamente formado para se inserir no mercado de trabalho.

Foi possível perceber que o papel do professor é reproduzir aquilo que o mercado intenciona, sendo que este profissional é formado para tal, moldado para mediar a construção do conhecimento funcionalista em prol da produtividade e da rentabilidade. Durante a pesquisa, tive contato com inúmeras literaturas que analisavam os documentos do Banco Mundial para a educação, e pouco foi às vezes que mencionavam a formação para a cidadania e construção do conhecimento como meio de formação humana.

Vale dizer que, durante todo o trabalho foi dada uma atenção maior ao Banco Mundial, pois diante da análise acerca do Neoliberalismo, é esta instituição que mais se faz presente na aplicação de medidas para adequação do sistema educação brasileiro a lógica do mercado para manutenção do capital.



## CONCLUSÕES

A educação se reforçou na condição de funcionalista atendendo as necessidades do mercado, intentando o desenvolvimento econômico do país. Foi possível perceber, a partir da análise do PNLD, que este programa é um dos meios mais eficazes para atingir a população por estes ideais, considerando que é formulado a partir de diretrizes do Banco Mundial. Foi possível perceber que os princípios para uma educação de qualidade voltada para a formação humana, estão de fora dos ideais neoliberais no contexto das políticas educacionais brasileiras na atualidade onde, embora abordem em algum momento a necessidade de formação de um cidadão crítico e consciente de seu papel no espaço, prioriza a formação de mão-de-obra eficiente para atuar no mercado de trabalho.

Portanto, é necessário que o professor esteja atento para as limitações que os livros trazem para que a formação dos conceitos inerentes a ciência geográfica, já que estes não são tratados explicitamente nas coleções, como alerta o manual, quando diz que os conceitos vão sendo formados a medida que os alunos vão tendo contato com os conteúdos. Assim, acaba sendo da responsabilidade do professor a mediação para que este aprendizado seja efetuado.

Por fim, no que tange a discussão acerca do papel do neoliberalismo, estratégia de manutenção do capital e da globalização, pode-se dizer que a educação é sim um mecanismo rápido de acesso á população e reproduzir assim as ideias que o Estado quer propagar, neste caso, a de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e adequadamente formado para se inserir no mercado de trabalho.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Guia de livros didáticos** : PNLD 2013: geográfica. – Brasília : Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96**. 20 de Dezembro de 1996.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Ed. 17ª. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. pg. 221.
- IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. 9ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro Didático de Geografia: PNLD**, materialidade em sala de aula. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. 163 p.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. In: FRANÇA, Sebastião Fontineli. **Uma Visão Geral sobre a Educação Brasileira** Integração, V. 1, 2008
- ROCHA, Genyton Odilon Rego. **A Política do conhecimento oficial e a nova Geografia dos(as) Professores(as) para as escolas brasileiras: O ensino de geografia segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais**. Tese de doutoramento em Geografia Física. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- TORRES, R.M. (1996). Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. in: TOMMASI, L., WARDE, M.J. & HADDAD, S. (orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez/PUC/Ação Educativa, p.125-194
- TOMMASI, Livia De. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: TOMMASI, Livia et al. (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p.196. CONFERIR REFERÊNCIA
- WWW.fnde.gov.br em 21 de maio de 2001. Disponível em ROCHA, Genyton Odilon Rego. **A Política do conhecimento oficial e a nova Geografia dos(as) Professores(as) para as escolas brasileiras: O ensino de geografia segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais**. Tese de doutoramento em Geografia Física. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.